

QUADRO RESUMO

Publicação e Base Legal

Decreto nº 12.688/2025, publicado em 21/10/2025 (edição extra do D.O.U.).

Regulamenta os arts. 32 §1º e 33 §1º da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Institui o Sistema de Logística Reversa de Embalagens de Plástico.

Abrangência

Inclui embalagens primárias, secundárias e terciárias.

Abrange produtos plásticos equiparáveis (copos, pratos, talheres etc.).

Excluídas: embalagens de agrotóxicos, lubrificantes, medicamentos e embalagens mistas (papel/papelão).

Definições Importantes

Produto de plástico equiparável: item reciclável similar às embalagens.

Índice de recuperação: relação entre massa coletada e colocada no mercado.

Índice de conteúdo reciclado: proporção de matéria-prima reciclada no produto final.

Objetivos Principais (art. 5º)

Aprimorar infraestrutura de recolhimento e reaproveitamento.

Incentivar insumos sustentáveis e embalagens recicláveis.

Fomentar mercado de produtos reciclados.

Apoiar cooperativas de catadores

Fortalecer a educação ambiental e cultura de reaproveitamento.

Modelos de Operação

Modelo individual: empresas implementam sistema próprio e cumprem metas.

Modelo coletivo: entidades gestoras habilitadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima reúnem várias empresas em sistema conjunto.

Entidades Gestoras

Devem apresentar relatórios anuais ao SINIR.

Manter rastreabilidade das notas fiscais e materiais reciclados.

Promover campanhas de conscientização.

Descumprimento: pode acarretar cancelamento da habilitação.

Estrutura e Fluxo da Logística Reversa

Design e produção: fabricantes adotam economia circular.

Consumidores: separam e descartam corretamente.

Comerciantes e distribuidores: armazenam embalagens coletadas.

Fabricantes/importadores: transportam para recicladores.

Catadores/cooperativas: fazem triagem e beneficiamento.

Indústria: realiza reciclagem e destinação final ambientalmente adequada.

OBRIGAÇÕES

Fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes (art. 16)

Estruturar e financiar o sistema.

Manter registros e comprovar resultados com MTR e notas fiscais.

Fabricantes de produtos e embalagens (arts. 17–19)

Desenvolver planos de comunicação ambiental.

Cumprir metas de conteúdo reciclado.

Contratar cooperativas e garantir destinação adequada.

Importadores (arts. 20–21)

Participar de sistemas individuais ou coletivos.

Orientar consumidores.

Declarar cumprimento de metas no SINIR.

Distribuidores (art. 22)

Orientar varejistas e consumidores.

Priorizar envio a cooperativas.

Comerciantes

Instalar pontos de entrega voluntária (PEVs)

Promover campanhas educativas presenciais e online.

Consumidores (art. 24)

Descartar corretamente as embalagens.

Remover rótulos antes do descarte.

Devolver embalagens retornáveis.

Sanções (art. 40)

Descumprimento sujeita os infratores às sanções legais (Lei nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais).